



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 13/2014**

Alteração da Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

**Art. 1º** O § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º A contratação de professores e de pessoal, nas áreas a que se referem os incisos VI e VII deste artigo, será efetivada exclusivamente para suprir a falta de docente, bem como de servidores de carreira decorrente de aposentadoria, demissão, exoneração, falecimento, afastamento para capacitação e nos casos de licenças legalmente concedidas."

**Art. 2º** O art. 3º da Lei Complementar nº 108, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º As contratações para substituição de professores afastados para capacitação ficam limitadas a 10% (dez por cento) do total de cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da instituição."

**Art. 3º** O § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 108, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Somente ocorrerá a contratação baseada na alta qualificação (notória capacidade técnica ou científica do profissional) na situação prevista no inciso V do art. 2º desta Lei Complementar, mediante análise do *Curriculum Vitae*."

**Art. 4º** Os incisos I e II do art. 5º da Lei Complementar nº 108, de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"I – até seis meses, no caso dos incisos I e II do art. 2º desta Lei Complementar;

II – até doze meses, nos casos dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 2º desta Lei Complementar;"

**Art. 5º** Acresce o § 1ºA ao art. 5º da Lei Complementar nº 108, de 2005, com a seguinte redação:

"§ 1ºA Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente Lei Complementar, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de dois anos fixados pela alínea "b" do inciso IX, do art. 27, da Constituição Estadual."

**Art. 6º** Acresce o art. 14A à Lei Complementar nº 108, de 2005, com a seguinte redação:

"Art. 14A. O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará em nulidade do contrato sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão."

**Art. 7º** O § 3º do art. 17 da Lei Complementar nº 108, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Em caso de afastamentos a que se referem as alíneas do inciso IV do art. 10 da presente Lei Complementar, os contratados deverão apresentar justificativa ao órgão nos seguintes prazos:

I – para casamento: antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

II – luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão: até 72 (setenta e duas) horas após a ocorrência, devendo ser apresentado o documento de justificativa na data do retorno ao trabalho sob pena de rescisão contratual;

III – licença para tratamento de saúde, acidente de trabalho e licença paternidade: até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência."

**Art. 8º** Ficam ratificados os atos praticados e os efeitos deles decorrentes, a partir de 03 de setembro de 2014, data do trânsito em julgado da decisão que declarou inconstitucional, por vício de iniciativa, a Lei Complementar nº 121, de 29 de agosto de 2007, até a data da publicação da presente Lei Complementar.

**Art. 9º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 10.** Revoga:

I - o § 1º do art. 5º Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005;

II - o art. 14 da Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005.



Informação 383/2014-NJASEJU

Protocolo: 13.305.875-3

Interessado: Diretoria Geral da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (DG/SEJU)

Assunto: Contratação temporária. Anteprojeto de alteração da Lei Complementar 108/2005

## 1 RELATÓRIO

Trata-se de consulta verbal formulada pelo Senhor Diretor-Geral da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos acerca da possibilidade de impacto orçamentário ou financeiro de anteprojeto de Lei Complementar que objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

Analisando a minuta existente nesse processo, verifico que as alterações propostas, de forma geral, restringem-se a ajustes de redação que visam dar maior clareza à Lei e a correção de imperfeições do texto original. Merecem destaque a ampliação das hipóteses que podem fundamentar a contratação temporária nas áreas de educação, saúde e segurança. E a retirada norma que exige a *quarentena* de 24 meses para que uma mesma pessoa possa firmar um segundo contrato temporário com a Administração Pública.

Essas disposições não criam nenhuma despesa, direta ou indireta. A Lei Complementar 108/2005, na verdade, não é uma Lei que

Confere com o original

SEGC/CTL em 01/10/14

Ass. [Assinatura]

Rua Jacy Loureiro de Campos S/N - 2º and - 80530-915 - Curitiba - PR - Fone: 3221-7200

[Assinatura]



Informação 383/2014-NJASEJU

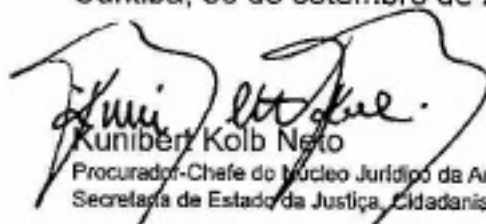
autorize contratações temporárias pela Administração. Ela é uma Lei que **regula a forma** como devem ser efetivadas as contratações temporárias. E as alterações preconizadas no anteprojeto também não preveem nenhum tipo de despesa. Elas apenas melhoram esse regulamento, retirando obstáculos formais que dificultam desnecessariamente os procedimentos.

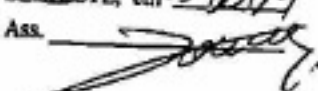
Num paralelo grosseiro, porém elucidativo: a Lei de Licitações não gera despesas. Ela regula a forma como as despesas devem ser realizadas. E um hipotético anteprojeto que amplie os casos de contratação direta ou criasse uma nova modalidade de licitação não estaria, evidentemente, criando despesa. Mas apenas regulando novas **formas** de execução de despesa.

Diante disso, concluo que, do ponto de vista jurídico, as alterações legais preconizadas no presente anteprojeto não possuem impacto positivo ou negativo sobre o orçamento ou sobre as finanças do Poder Público.

À Diretoria-Geral para ciência e providências.

Curitiba, 30 de setembro de 2014.

  
Kunibert Kolb Neto  
Procurador-Chefe do Núcleo Jurídico da Administração da  
Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Confere com o original  
SEG/CTL, em 01/10/14  
Ass. 

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

**Protocolo: 13.305.875 – 3**

**Assunto:** Proposta de Anteprojeto de Lei Complementar de alteração da Lei Complementar 108/2005.

**INFORMAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Informo que as alterações que estão sendo preconizadas nesta proposta de alteração da Lei Complementar tem como objetivo facilitar o trâmite administrativo das contratações temporárias. Não implicam, mesmo indiretamente, o aumento do número de contratos ou o valor das remunerações.

Considerando a Informação nº 383/2014 – NJA/SEJU, e ainda tendo em vista os arts. 16 e 17; § 1º, da Lei Complementar Federal 101/2000 e o art. 2º, V, do Decreto Estadual 11.888/2014, informo que o presente anteprojeto de lei não acarreta aumento da despesa e não possui impacto nas finanças do Poder Executivo.

Curitiba, 30 de setembro de 2014

Maria Tereza Uille Gomes,  
**Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.**

Confere com o original

SEJG/CTL, em

Ass.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED

Of. n.º 2271/2014 – GS/SEED

Curitiba, 30 de setembro de 2014.

Protocolo: 13.305.875-3

Assunto: Informa/Proposta de Lei Complementar de Alteração da Lei Complementar n.º 108/2005.

Senhor Secretário:

Informo que as alterações que estão sendo preconizadas nesta proposta de alteração da Lei Complementar têm como objetivo facilitar o trâmite administrativo das contratações temporárias. Não implicam, mesmo indiretamente, no aumento do número de contratos ou no valor das remunerações.

E, por consequência, tendo em vista os arts. 16 e 17, § 1.º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, e o art. 2.º, V, do Decreto Estadual n.º 11.888/2014, o presente projeto não acarreta aumento da despesa e não possui impacto nas finanças do Poder Executivo.

Atenciosamente,

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto  
Res. n.º 1903/2014-GS/SEED  
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Exmo. Sr.  
Cezar Silvestri  
**Secretário-Chefe da Casa Civil**  
Palácio Iguaçu  
Nesta Capital  
GRHS

Confere com o original

SESG/CTE, em 01/10/14

Ass. \_\_\_\_\_



Protocolo: 13.305.875 – 3

Assunto: proposta de Lei Complementar de alteração da Lei Complementar 108/2005.

INFORMAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Informo que as alterações que estão sendo preconizadas nesta proposta de alteração da Lei Complementar tem como objetivo facilitar o trâmite administrativo das contratações temporárias. Não implicam, mesmo indiretamente, o aumento do número de contratos ou o valor das remunerações.

E, por consequência, tendo em vista os art.16 e 17, § 1º, da Lei Complementar Federal 101/2000 e o art.2º, V, do Decreto Estadual 11.888/2014, informo que o presente projeto não acarreta aumento da despesa e não possui impacto nas finanças do Poder Executivo.

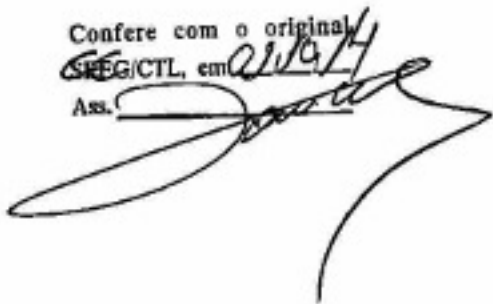
Curitiba, 30 de setembro de 2013.

Leonildo de Souza Grotz  
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto  
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação

Sérgio de Jesus Vieira  
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Sérgio de Jesus Vieira  
Diretor Geral da SETI

Confere com o original  
SE/CTL, em  
Ass. 

I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.  
Em 06/10/2014

Presidente



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 085/2014

Curitiba, 18 de setembro de 2014.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

Referidas alterações se dão em razão da necessidade de contratação temporária de excepcional interesse público nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

Insta destacar que o teor constante no anteprojeto em comento vigorava no ordenamento jurídico; entretanto, ante declaração de inconstitucionalidade, dos artigos 5º e 14 da referida lei, por vício de iniciativa, os mesmos deixaram de ser aplicados. Assim, visando regularizar a situação jurídica, apresenta-se o anexo anteprojeto de lei.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá desta Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

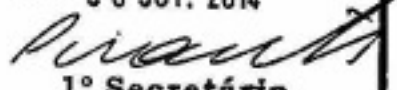
  
**CARLOS ALBERTO RICH**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 13.305.875-3

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 06 OUT. 2014

  
**1º Secretário**



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei Complementar 108 - 18 de Maio de 2005

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 6979 de 19 de Maio de 2005

**Súmula:** Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme específica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Direta e Autarquias do Poder Executivo poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições, prazos e regime especial previstos nesta lei.

**Parágrafo único.** As contratações a que se referem o *caput* deste artigo dar-se-ão sob a forma de contrato de regime especial.

**Art. 2º.** Consideram-se como de excepcional Interesse público as contratações por tempo determinado que visam:

**I** - atender à situação de calamidade pública;

**II** - combater surtos epidêmicos;

**III** - promover campanhas de saúde pública que não sejam de caráter contínuo, mas eventuais, sazonais, temporárias ou imprevisíveis, por fato alheio à vontade da administração pública;

**IV** - atender às necessidades relacionadas com a infraestrutura e serviços públicos de apoio considerados, por fato alheio à vontade administrativa, necessários ao plantio, colheita, armazenamento e distribuição de safras agrícolas;

**V** - admitir pesquisador e professor visitante e/ou estrangeiro;

**VI** - atender ao suprimento de docentes e funcionários de escola na rede estadual de ensino e nas Instituições Estaduais de Ensino Superior, nas hipóteses previstas na presente lei complementar;

**VII** - atender ao suprimento de pessoal especializado nas áreas de saúde e segurança pública, nas hipóteses previstas na presente Lei Complementar;

**VIII** - realizar serviços emergenciais em rodovias estaduais, federais e municipais, sendo que nos dois últimos casos será exigível a celebração de prévio convênio ou instrumento congênere na forma da legislação em vigor;

**IX** - realizar pesquisas estatísticas de campo;

**X** - realizar atividade de vigilância e inspeção, relacionada à defesa agropecuária, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana, bem como realizar a defesa e proteção ambiental através do fomento, execução de obras, fiscalização e monitoramento;

**XI** - Atender as necessidades relacionadas ao segmento de pesquisa agropecuário no que se relaciona a trabalho de campo. Entende-se por trabalhos de campo: preparo do solo, capina, plantio, aplicação de defensivos e corretivos, tratos culturais, seleção, avaliação, cruzamento de plantas, testes de vigor, colheita da área agrícola, cruzamento, avaliação, nutrição, manejo, fertilidade, vacinação, inseminação, controle de doenças do rebanho animal;

**XII** - pessoal técnico especializado ou operacional, para realização, elaboração e execução de projetos, serviços e obras decorrentes de termos de cooperação, ajuste, convênio ou similar, com prazos determinados, bem como implementados mediante acordos internacionais ou de âmbito federal, desde que haja em seu desempenho subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área da administração estadual.



**XIII** - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação prevista nos termos do art. 21 da Lei nº 17.314, de 24 de setembro de 2012;

(Incluído pela Lei Complementar 177 de 18/07/2014)

**XIV** - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para prestação de assessoria ao setor privado no desenvolvimento de inovações, nos termos do § 1º do art. 21 da Lei nº 17.314, de 2012.

(Incluído pela Lei Complementar 177 de 18/07/2014)

**§ 1º.** A contratação de professores e de pessoal nas áreas a que se refere o inciso VII do artigo 2º. será efetivada exclusivamente para suprir a falta de docente e servidores de carreira decorrente de aposentadoria, demissão, exoneração, falecimento, afastamento para capacitação e nos casos de licenças legalmente concedidas.

**§ 2º.** A contratação decorrente de vacância ou insuficiência de cargos, será realizada pelo prazo suficiente à criação ou ampliação de cargos, realização do respectivo concurso público e desde que inexistente concurso público em vigência para os respectivos cargos.

**Art. 3º.** As contratações de professores afastados para capacitação ficam limitadas a dez por cento do total de cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da instituição.

**Art. 4º.** O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial do Estado, prescindindo de concurso público.

**§ 1º.** Os aprovados deverão apresentar atestado de saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o apto para o exercício da função, objeto da contratação.

**§ 2º.** A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo.

**§ 3º.** Somente ocorrerá a contratação baseada na alta qualificação (notória capacidade técnica ou científica do profissional), na situação prevista no inciso V, do artigo 2º., mediante a apresentação do título/diploma expedido por Universidade de Ensino Superior devidamente credenciada e apta a tal, conforme legislação para a matéria.

**§ 4º.** A definição de processo seletivo simplificado deverá ser regulamentada, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação da presente lei, atendidos os seguintes pressupostos mínimos de validade:

**I** - ampla publicidade, inclusive da motivação da necessidade das contratações;

**II** - estabelecimento de critérios objetivos de julgamento e avaliação, a serem estabelecidos no edital de convocação;

**III** - inexistência de critérios que dificultem a recorribilidade das decisões da comissão de avaliação e julgamento, por parte dos candidatos, bem como pelo controle externo e social.

**IV** - vinculação às regras do edital e à classificação final do certame.

**§ 5º.** O processo seletivo simplificado terá as suas características regulamentares adequadas às características e motivos das contratações, admitida sua natureza sumária apenas para os casos de emergência e urgência.

**Art. 5º.** As contratações serão feitas por tempo determinado, observando-se os seguintes prazos:

**I** - seis meses, no caso dos incisos I e II do art. 2º.;

**II** - doze meses, nos casos dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 2º.

**III** - 24 (vinte e quatro) meses, no máximo, nos casos dos incisos XIII e XIV do art. 2º desta Lei, observada a compatibilidade com o § 3º do art. 21 da Lei nº 17.314, de 2012.  
(Incluído pela Lei Complementar 177 de 18/07/2014)



**§ 1º.** Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente Lei, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por uma única vez e até o prazo previsto no contrato original, desde que não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos fixados pela alínea "b" do inciso IX, do art. 27, da Constituição Estadual.

~~**§ 1º.** Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente Lei, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de 02 (dois) anos fixados pela alínea "b" do inciso IX, do art. 27, da Constituição Estadual.~~

~~(Redação dada pela Lei Complementar 121 de 29/08/2007)~~ **(Declarada Inconstitucional pela Adin nº 1110332-3)**

**§ 2º.** As prorrogações devem ser formalizadas em termo aditivo ao contrato inicial e encaminhadas para autorização governamental, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do termo final de vigência do contrato e plenamente demonstrada a necessidade de prorrogação da contratação nos termos desta Lei.

**Art. 6º.** As contratações na forma da presente Lei somente poderão ser feitas com estrita observância do art. 137 da Constituição Estadual bem como dos limites de gastos com pessoal e mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

**§ 1º.** O "caput" do presente artigo não se aplica para as contratações temporárias vinculadas a convênio ou termo de cooperação com prazo determinado, que contenha repasse de recursos para o pagamento do pessoal envolvido nas atividades, e desde que a receita não integre a receita corrente líquida, considerando-se apenas como gastos de pessoal o valor excedente ao considerado nos planos de aplicação dos recursos objeto de convênios ajustes e termos de cooperação.

**§ 2º.** As contratações deverão ser solicitadas pelos Secretários de Estado, através de ofício dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contendo:

**I** - justificativa pormenorizada sobre a necessidade da contratação nos termos do inciso IX do art. 27 da Constituição Estadual;

**II** - caracterização da temporariedade do serviço a ser executado nos termos desta Lei;

**III** - peculiaridades relativas às funções a serem exercidas pelos contratados na forma desta Lei, como a carga horária semanal ou número de horas/aulas, salário e/ou contraprestação, local da prestação do serviço e possíveis necessidades de deslocamento da sede e necessidade de pagamento de gratificações decorrentes da natureza da atividade a ser desenvolvida;

**IV** - a estimativa de custos da contratação, a origem e a disponibilidade dos recursos financeiros e orçamentários necessários às contratações;

**V** - pronunciamentos das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência, da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil da Governadoria:

**a)** a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência emitirá informações técnicas sobre a função a ser desenvolvida, salário e/ou contraprestação bem como sobre a necessidade da contratação dentro do previsto na presente Lei;

**b)** a Secretaria de Estado da Fazenda emitirá informação sobre o impacto financeiro das solicitações, bem como sobre a disponibilidade financeira de recursos para a realização das contratações solicitadas, em obediência às disposições constitucionais;

**c)** a Secretaria de Estado do Planejamento emitirá informações quanto ao Orçamento e Programação.

**§ 3º.** Os órgãos ou entidades contratantes deverão encaminhar à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência relatório pormenorizado das contratações efetivadas para controle da aplicação do disposto nesta lei e da força de trabalho.

**Art. 7º.** É proibida a contratação, nos termos desta lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo Estadual.



**§ 1º.** Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo, a contratação para as funções de professor nas Instituições Estaduais de Ensino e do Quadro Próprio do Magistério, respeitadas as disposições dos incisos XVI e XVII do art. 27 da Constituição Estadual.



**§ 2º.** Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração ao disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive em solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado, desde que apurada a concorrência deste.

**Art. 8º.** A remuneração do pessoal contratado, nos termos desta lei, será fixada:

- I** - nos casos do inciso V, do art. 2º, em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição e nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante;
- II** - nos casos dos incisos I, II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 2º, em importância não superior ao valor da remuneração inicial constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenham funções semelhantes, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho;
- III** - no caso dos incisos IV, IX, XI do art. 2º, o valor da remuneração poderá ser fixada por unidade produzida, desde que não extrapole o teto fixado pelo inciso II deste artigo;
- IV** - gratificação por atividade específica concedida aos servidores públicos do órgão ou entidade ocupantes de cargo similar àquele para a qual está sendo feita a contratação;
- V** - gratificação por assiduidade concedida aos servidores públicos do órgão ou entidade ocupantes de cargo similar àquele para a qual está sendo feita a contratação;
- VI** - abonos concedidos aos servidores públicos do órgão ou entidade para a qual está sendo feita a contratação.

**Parágrafo único.** Para efeito deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

**Art. 9º.** O pessoal contratado nos termos desta Lei fica vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social cujas contribuições devem ser recolhidas durante a vigência da contratação.

**Art. 10.** Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei os seguintes direitos:

- I** - os arrolados no artigo 34 da Constituição Estadual, exceto o previsto nos incisos XVII, XIX e XX;
- II** - auxílio-alimentação, na forma da lei;
- III** - vale-transporte, na forma da lei;
- IV** - afastamentos decorrentes de:
  - a)** casamento até 5 (cinco) dias;
  - b)** luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, por até 5 (cinco) dias;
  - c)** licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime geral;
  - d)** licença paternidade de 5 (cinco) dias;
- V** - para os docentes contratados para a rede estadual de ensino, auxílio transporte na forma da Lei Complementar nº. 103/2004;
- ~~**VI** - valores decorrentes do regime de Tempo Integral de Dedicação, na forma da Lei nº. 11.713/97;~~
- VI** - valores decorrentes do regime de Tempo Integral de Dedicação, na forma da Lei nº. 11.713/97; (Redação dada conforme Republicação em 06/07/2005)
- VII** - repouso semanal remunerado na forma da Lei Federal nº. 605/1949;
- VIII** - pagamento pelo trabalho no período noturno, na forma da Lei Complementar nº. 103/2004;
- IX** - adicional noturno;

X - o direito de petição na forma prevista pelos artigos 261 a 263, da Lei nº. 6.174/70.

**Art. 11.** O direito de requerer prescreve nos prazos previstos no art. 265, da Lei nº. 6.174/70.

**Art. 12.** São deveres dos contratados, na forma da presente Lei, os incisos I a XV e XVII do art. 279, da Lei nº. 6.174/70.

**Art. 13.** Ao contratado na forma da presente Lei é vedada a prática de atos previstos nos incisos II a XXI do art. 285, da Lei nº. 6.174/70.

**Art. 14.** O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

~~**Art. 14.** O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato.~~

~~(Redação dada pela Lei Complementar 121 de 29/08/2007)~~ **(Declarada Inconstitucional pela Adin nº 1110332-3)**

**I** - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

**II** - ser novamente contratado com fundamento nesta lei, antes de decorridos vinte e quatro meses do encerramento do contrato anterior.

~~**Parágrafo único.** A inobservância do disposto neste artigo importará em nulidade do contrato sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.~~

**Parágrafo único.** A inobservância do disposto neste artigo importará em nulidade do contrato sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

~~(Redação dada pela Lei Complementar 121 de 29/08/2007 - Declarada Inconstitucional pela Adin nº 1110332-3)~~

**Art. 15.** As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante averiguação sumária apurada mediante sindicância pelo órgão a que estiver vinculado o contratado, com prazo de conclusão máximo de 30 (trinta) dias, assegurado o contraditório e ampla defesa.

**Art. 16.** O contratado na forma da presente Lei responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, aplicando-se aos contratados na forma da presente Lei as prescrições do artigo 287 e seu § 2º, e art. 290, da Lei nº. 6.174/70.

**Art. 17.** Os contratados na forma desta Lei sujeitam-se às seguintes penalidades:

**I** - advertência, aplicada verbalmente em caso de mera negligência;

**II** - repreensão, aplicada por escrito, em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres e reincidência em falta de que tenha resultado na pena de advertência;

**III** - rescisão da contratação, nos termos desta lei, no caso de incidência de qualquer das hipóteses previstas no inciso V do art. 293, da Lei nº 6174/70.

**§ 1º.** É motivo de rescisão da contratação, nos termos desta lei, a ausência ao serviço por mais de 7 (sete) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.

**§ 2º.** É também motivo de rescisão da contratação, nos termos desta lei, a nomeação ou designação do contratado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo.

**§ 3º.** Em caso de afastamentos a que se referem os incisos IV e V do art. 10 da presente Lei, os contratados deverão apresentar justificativa ao órgão com antecedência mínima de 24 horas nos casos previstos na alínea "a", do inciso IV e no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a ocorrência, nas situações previstas no inciso V e na alínea "b" do inciso IV do art. 10, apresentado o documento de justificativa na data do retorno ao trabalho, sob pena de rescisão contratual.

**Art. 18.** O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, assegurando-se o pagamento das verbas rescisórias, em especial 13º. salário proporcional, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional.

**I** - pelo término do prazo contratual;

**II** - por iniciativa do contratado.



§ 1º. A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º. A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia até o término do contrato.

**Art. 19.** As contratações para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 27, da Constituição Estadual, efetivadas anteriormente à publicação desta lei, terão 120 (cento e vinte) dias para se adequarem a este regime especial, sem redução da remuneração.

**Parágrafo único.** Ficam mantidas e ratificadas as contratações previstas no inciso IX, do artigo 27, da Constituição Estadual, efetivamente e autorizadas em exercícios anteriores, que ainda se encontram em vigência, até o término do prazo estipulado.

**Art. 20.** Efetivada a contratação autorizada por esta lei, o órgão responsável encaminhará a respectiva documentação ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de registro nos termos do inciso III do art. 75 da Constituição Estadual.

**Art. 21.** A contratação nos termos desta Lei não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público estadual.

**Art. 22.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 349 e parágrafos, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 18 de maio de 2005.

Roberto Requão  
Governador do Estado

Maria Marta Renner Weber Lunardon  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Caíto Quintana  
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

[Pesquisa Rápida](#) [voltar](#)

Exibir Ato

 [Página para Impressão](#)

Lei Complementar 108 - 18 de Maio de 2005

[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#)

Publicado no Diário Oficial nº. 7012 de 6 de Julho de 2005

## CORRIGENDA

CORRIGENDA ao art. 10, da Lei Complementar nº. 108, de 18 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 6.979, de 19.05.05.

No art. 10, inciso VI, onde se lê "Integração", leia-se "Integral".

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo



## **PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2014**

**Projeto de Lei Complementar nº 13/2014**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 085/2014**

Alteração da Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

**EMENTA: CONTRATAÇÃO DE PESSOAL. DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANEXA. POSSIBILIDADE. ART. 65, 66, INC. I E II E 87, INC. VI DA CE. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

### **PREÂMBULO**

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo alterar a Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005. As alterações se dão em razão da necessidade de contratação temporária de excepcional interesse público nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo



## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem**



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo



na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer  
Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a  
Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre os servidores públicos, especialmente, provimento de cargos nos termos dos artigos 66, incisos I e II e 87, inciso VI, vejamos:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

**I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;**

**II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;**



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo



**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**

**VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;**

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei.


Com efeito, a fim de dar cumprimento à Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, declarou a inexistência de impacto orçamentário e financeiro, com as informações anexas ao projeto.


Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.


## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

  
APROVADO

07/10/14



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/14**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei Complementar em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 085/2014, que objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Ademar Traiano, exarou o devido parecer favorável que foi aprovado.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida vem acompanhada da justificativa do autor, objetiva regularizar a situação jurídica, ante a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 5º e 14 da referida Lei.

Vale frisar que a Constituição do Estado do Paraná, em seus arts. 65, 66 incisos I e II e 87 inciso VI, asseguram a iniciativa e a competência ao Governador do Estado.

Em atenção a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, a proposta não causará impacto financeiro, tendo em vista que o Governo do Estado, por meio das Secretarias envolvidas, declaram





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

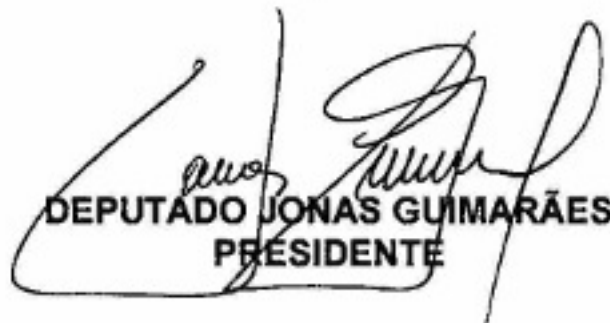
que não existe aumento de despesa e não possui impacto nas finanças do Poder Executivo.

**CONCLUSÃO**

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/10/14

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR

  
6710  
B. H. R.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Comissão de Orçamento



**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2014**

**RELATÓRIO**

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo alterar a Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005. A proposta altera algumas disposições que tratam sobre contratação de pessoal por tempo determinado pelo Poder Executivo, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Orçamento, cumprindo as obrigações impostas pelo Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Alguns dispositivos essenciais para a aplicabilidade da Lei Complementar nº 108 de, 2005 foram declarados inconstitucionais por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN - que tramitou no Tribunal de Justiça. São normas sobre prazos e possibilidade de prorrogação das contratações.

A ADIN entendeu que tais disposições estavam eivadas de vício de iniciativa, por terem sido incluídas por um projeto de autoria parlamentar. Ressalte-se que as leis que dispõem sobre servidores públicos são de iniciativa privativa do Governador do Estado.

Visando corrigir a situação é que o Governo envia o presente projeto para incluir dispositivos similares aos declarados inconstitucionais, mas agora sem o alegado vício de iniciativa.

Portanto, a aprovação do projeto é de fundamental importância. A contratação de funcionários por tempo determinado é extremamente útil nos casos de calamidade pública, surtos epidêmicos, realização de serviços emergenciais em estradas, etc.

Especificamente na questão orçamentária não foram encontrados óbices para a aprovação do projeto. Isso porque o Poder



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Comissão de Orçamento



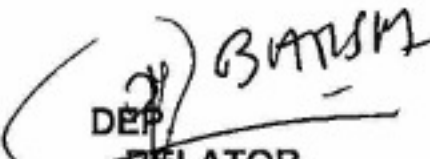
Executivo encaminhou declarações dos ordenadores das despesas, os quais informam que a proposta não gera impacto orçamentário e financeiro.

**CONCLUSÃO**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei complementar em epigrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2014.

  
DEP. NEREU MOURA  
PRESIDENTE

  
DEP. RELATOR







**PROJETO DE LEI 402/14**

**Súmula:** Aprova crédito suplementar, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

**Art. 1º** Abre um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 29.528.490,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa reais), de acordo com o Anexo I desta Lei.

**Art. 2º** Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta Lei.

**Art. 3º** Procede um ajuste orçamentário no valor de R\$ 12.167.647,00 (doze milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais), de acordo com os Anexos V e VI desta Lei.

**Art. 4º** Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Programa de Obras, conforme os Anexos III, IV e VII desta Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I SUPLEMENTAÇÃO I DE DESPESA		ANEXO I ANEXO A LEI Nº					Fl. 01 R\$ 1,00	I
I Cód.	I	Especificação	I Natureza I da I Despesa	I Fonte I	I Gr IALOI I	I	Valor	I N.do I Proc I COP
I 4100	I	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	I	I	I	I	I	I
I 4103	I	SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO	I	I	I	I	I	I
I 4094	I	RENOVA ESCOLA	I 33903912	I 116	I 10	I 0	14.393.966	I 1674
I	I		I 44905100	I 116	I 10	I 0	910.590	I 1674
I	I		I 44905200	I 116	I 10	I 0	423.203	I 1672
I 4095	I	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	I 33903094	I 116	I 10	I 0	2.771.680	I 1672
I	I		I 33903906	I 116	I 10	I 0	50.000	I 1672
I	I		I 33903912	I 116	I 10	I 0	3.500.000	I 1672
I	I		I 33903994	I 116	I 10	I 0	300.000	I 1672
I	I		I 33909300	I 116	I 10	I 0	497.909	I 1672
I	I		I 44903900	I 116	I 10	I 0	4.330.934	I 1672
I	I		I 44905100	I 116	I 10	I 0	2.052.344	I 1672
I 4096	I	QUALIFICA PARANÁ - SEED	I 33903912	I 116	I 10	I 0	297.864	I 1672
Total							29.528.490	I

I CANCELAMENTO I DE DESPESA		ANEXO II ANEXO A LEI Nº					Fl. 01 R\$ 1,00	I
I Cód.	I	Especificação	I Natureza I da I Despesa	I Fonte I	I Gr IALOI I	I	Valor	I N.do I Proc I COP
I 4100	I	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	I	I	I	I	I	I
I 4103	I	SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO	I	I	I	I	I	I
I 3018	I	SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - BIRD	I 44905200	I 116	I 10	I 0	50.000	I 1672
I 3019	I	TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	I 33901800	I 116	I 10	I 0	401.160	I 1672
I	I		I 33903925	I 116	I 10	I 0	7.800	I 1672
I 4095	I	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	I 44905200	I 116	I 10	I 0	13.605.055	I 1672
I	I		I 45906100	I 116	I 10	I 0	500.000	I 1672
I 4096	I	QUALIFICA PARANÁ - SEED	I 33504100	I 116	I 10	I 0	242.965	I 1672
I	I		I 33903094	I 116	I 10	I 0	2.000.000	I 1672
I	I		I 33903924	I 116	I 10	I 0	14.800	I 1672
I	I		I 33903927	I 116	I 10	I 0	28.158	I 1672
I	I		I 44905100	I 116	I 10	I 0	12.678.552	I 1672
Total							29.528.490	I



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

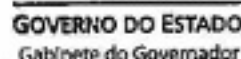
Gabinete do Governador

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS		ANEXO III ANEXO A LEI Nº				Pl. 02	
						R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr.	Alc.	Valor	Processo	
4100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO						
4103	SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO						
4094	RENOVA ESCOLA						
136	Apucarana						
0109	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	280.968	1674	
144	Araucária						
0111	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	196.191	1673	
154	Balsa Nova						
0112	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	134.848	1674	
166	Bituruna						
0113	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	261.772	1673	
171	Boa Ventura de São Roque						
0114	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	139.326	1674	
210	Campo Largo						
0115	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	135.126	1674	
214	Cândido de Abreu						
0116	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	134.472	1674	
230	Cascavel						
0117	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	315.278	1674	
242	Chopinzinho						
0118	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	134.800	1674	
250	Colombo						
0119	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	440.669	1673	
258	Centena						
0120	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	135.558	1674	
262	Cornélio Procopio						
0121	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	353.141	1674	
306	Espigão Alto do Iguaçu						
0122	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	139.528	1674	
324	Florestópolis						
0123	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	64.077	1674	
360	Guarapuava						
0124	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	131.941	1674	
390	Ipiranga						
0126	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	182.892	1674	
460	Laranjal						
0128	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	149.753	1674	
494	Mangueirinha						
0129	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	161.122	1674	
496	Manoel Ribes						
0130	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	179.790	1674	
560	Nova Laranjeiras						
0131	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	270.244	1674	
562	Nova Londrina						
0132	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	55.179	1674	
574	Ortigueira						
0133	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	600.032	1674	
582	Paçandu						
0134	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	290.488	1673	
584	Palmas						
0135	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	135.100	1674	
586	Palmeira						
0136	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	142.559	1674	

CONTINUA



SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS		ANEXO III ANEXO A LEI Nº				Fl. 03 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr.	Alo	Valor	Processo	
300	Palmital	116	10	0	139.152	1674	
0137	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	50.263	1674	
596	Paranaguá	116	10	0	89.890	1674	
0130	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	70.725	1673	
600	Paranavaí	116	10	0	123.394	1674	
0139	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	401.247	1673	
617	Pinhais	116	10	0	52.389	1674	
0142	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	249.215	1674	
622	Pinhão	116	10	0	50.561	1674	
0143	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	132.823	1673	
636	Ponta Grossa	116	10	0	89.890	1673	
0145	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	135.120	1673	
643	Porto Barreiro	116	10	0	181.855	1673	
0146	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	263.413	1673	
664	Quedas do Iguaçu	116	10	0	73.834	1673	
0147	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	301.422	1673	
670	Quitandinha	116	10	0	135.120	1673	
0148	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	50.561	1673	
700	Rio Negro	116	10	0	132.823	1673	
0149	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	89.890	1673	
704	Rosário do Ivaí	116	10	0	135.120	1673	
0150	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	181.855	1673	
736	Santa Maria do Oeste	116	10	0	263.413	1673	
0151	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	73.834	1673	
748	Santo Antônio da Platina	116	10	0	301.422	1673	
0152	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	135.120	1673	
760	São Jerônimo da Serra	116	10	0	50.561	1673	
0153	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	132.823	1673	
768	São João do Triunfo	116	10	0	89.890	1673	
0154	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	135.120	1673	
782	São José dos Pinhais	116	10	0	181.855	1673	
0155	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	263.413	1673	
788	São Miguel do Iguaçu	116	10	0	73.834	1673	
0156	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	301.422	1673	
805	Serranópolis do Iguaçu	116	10	0	135.120	1673	
0157	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	50.561	1673	
824	Telêmaco Borba	116	10	0	132.823	1673	
0158	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	89.890	1673	
840	Turvo	116	10	0	135.120	1673	
0159	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	181.855	1673	
4095	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	116	10	0	263.413	1673	
218	Centagelo	116	10	0	73.834	1673	
0010	Construir unidade nova de ensino	116	10	0	301.422	1673	
280	Curitiba	116	10	0	135.120	1673	
0053	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	50.561	1673	
474	Londrina	116	10	0	132.823	1673	
0106	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	89.890	1673	
528	Medianeira	116	10	0	135.120	1673	
0029	Construir unidade nova	116	10	0	181.855	1673	
TOTAL		116	10	0	10.144.752		



CONTINUA



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO IV ANEXO A LEI Nº				Fl. 05 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr.	Alo	Valor	Processo	
782	São José dos Pinhais	116	10	0	238.000	1674	
0098	Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino	116	10	0	56.948	1674	
788	São Miguel do Iguaçu	116	10	0	145.016	1674	
0047	Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino	116	10	0	238.000	1674	
802	Sarandi	116	10	0	149.189	1672	
0048	Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino	116	10	0	75.511	1674	
834	Tijucas do Sul	116	10	0	394.770	1674	
0099	Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino	116	10	0	800.000	1672	
854	União da Vitória	116	10	0	300.000	1672	
0160	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	1.907.879	1672	
856	Uniflor	116	10	0	1.324.041	1672	
0100	Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino	116	10	0	200.000	1672	
874	Vitorino	116	10	0	600.000	1672	
0053	Ampliar e/ou melhorar estabelecimento de ensino	116	10	0	1.500.000	1672	
4096	QUALIFICA PARANÁ - SEED	116	10	0	200.000	1672	
136	Apucarana	116	10	0	1.626.707	1672	
0009	Ampliar estabelecimento de ensino	116	10	0	713.192	1672	
140	Arapoti	116	10	0	400.000	1672	
0010	Ampliar estabelecimento de ensino	116	10	0	209.000	1672	
210	Campo Largo	116	10	0	1.397.733	1672	
0011	Construir unidade nova	116	10	0			
230	Cascavel	116	10	0			
0012	Ampliar estabelecimento de ensino	116	10	0			
248	Clevelândia	116	10	0			
0013	Ampliar estabelecimento de ensino	116	10	0			
280	Curitiba	116	10	0			
0014	Ampliar estabelecimento de ensino	116	10	0			
284	Dianante do Norte	116	10	0			
0015	Construir unidade nova	116	10	0			
360	Guarapuava	116	10	0			
0016	Ampliar estabelecimento de ensino	116	10	0			
372	Ibitiporã	116	10	0			
0017	Ampliar estabelecimento de ensino	116	10	0			
474	Londrina	116	10	0			
0018	Ampliar estabelecimento de ensino	116	10	0			
510	Maringá	116	10	0			
0021	Ampliar estabelecimento de ensino	116	10	0			
528	Medianeira	116	10	0			
0022	Construir unidade nova	116	10	0			
700	Rio Negro	116	10	0			
0024	Ampliar estabelecimento de ensino	116	10	0			
738	Santa Mariana	116	10	0			
0025	Ampliar estabelecimento de ensino	116	10	0			
TOTAL		Tes.	L		19.860.370		

I ACRÉSCIMO I DE DESPESA		ANEXO V ANEXO A LEI Nº				Fl. 01 R\$ 1,00	
I Cód. I	I Especificação I	I Natureza I	I da I	I Gr I	I ALQ I	I Valor I	I N.º I
I 4100 I	I SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO I	I 44905100 I	I 116 I	I 10 I	I 0 I	I 12.167.647 I	I 1671 I
I 4103 I	I SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO I						
I 4095 I	I DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA I						
TOTAL						12.167.647 I	



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

REDUÇÃO DE DESPESA		ANEXO VI ANEXO A LEI Nº				Fl. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr.	ALO	Valor	N.º do Proc. COP
4100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO						
4103	SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO						
4095	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	44905200	116	10	0	12.167.647	1671
Total						12.167.647	

ACRÉSCIMO DE OBRAS		ANEXO VII ANEXO A LEI Nº				Fl. 02 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr.	ALO	Valor	Processo	
4100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO						
4103	SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO						
4095	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA						
138	Arapongas						
0056	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	187.311	1671	
198	Cambé						
0058	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	335.324	1671	
234	Catanduvas						
0013	Construir unidade nova	116	10	0	53.754	1671	
244	Cianorte						
0094	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	236.011	1671	
248	Clevelândia						
0014	Construir unidade nova	116	10	0	624.175	1671	
262	Cornélio Procopio						
0015	Construir unidade nova	116	10	0	904.112	1671	
280	Curitiba						
0053	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	1.198.524	1671	
360	Guarapuava						
0019	Construir unidade nova	116	10	0	1.361.246	1671	
462	Laranjeiras do Sul						
0023	Construir unidade nova	116	10	0	716.335	1671	
474	Londrina						
0106	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	1.270.403	1671	
493	Manfrinópolis						
0024	Construir unidade nova	116	10	0	1.107.362	1671	
498	Marechal Cândido Rondon						
0026	Construir unidade nova	116	10	0	893.571	1671	
528	Medianeira						
0029	Construir unidade nova	116	10	0	1.212.426	1671	
602	Pato Branco						
0035	Construir unidade nova	116	10	0	651.905	1671	
628	Pitanga						
0092	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	63.353	1671	
694	Rio Bonito do Iguaçu						
0120	Construir quadras poliesportivas	116	10	0	86.755	1671	
746	Santa Terezinha de Itaipu						
0041	Construir unidade nova	116	10	0	1.257.000	1671	
TOTAL		Yes.			12.167.647		



MENSAGEM  
Nº 082 /2014

Curitiba, 09 de setembro de 2014.



**PARANÁ**

**LIDO NO EXPEDIENTE** GOVERNO DO ESTADO  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.** Gabinete do Governador

Em, 15 SET 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 29.528.490,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa reais) e o ajuste orçamentário no valor de R\$ 12.167.647,00 (doze milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, visando atender despesas com construção de unidades novas, reparos e melhorias em diversos estabelecimentos de ensino público, distribuídos em vários municípios do Estado do Paraná.

Esclareço, também, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICH**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/CTL/Prot. 13.320.603-5



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 402/2014**

Projeto de Lei nº. 402/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 82/2014

**Súmula:** Aprova crédito suplementar, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

**EMENTA:** APROVA CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 29.528.490,00 AO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 082/2014, tem como objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 29.528.490,00 (vinte e nove milhões quinhentos e vinte e oito mil quatrocentos e noventa reais), ao vigente orçamento Geral do Estado.

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**  
**II - orçamento;**

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

**Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:**

**II - as diretrizes orçamentárias anuais;**

**III - os orçamentos anuais.**

**§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:**

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar, nos termos do artigo 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

**Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.**

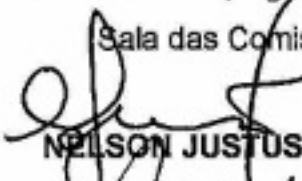
Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos e reduções de despesas, conforme estimativa anexada ao projeto.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.





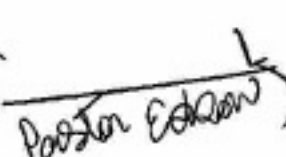

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014

  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**  
Relator

  
  
  
  
  
  
**Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná**

**APROVADO**

**16/09/14<sup>5</sup>**  




**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 402/14**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 082/14, objetiva aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$29.528.490,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa reais), e o ajuste orçamentário no valor de R\$12.167.647,00 (doze milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, por meio de seu Relator que exarou o devido parecer favorável que foi aprovado, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta traz em sua justificativa o esclarecimento que os recursos advindos da abertura do referido crédito suplementar visa atender despesas com construção de unidades novas, reparos e melhorias em diversos estabelecimentos de ensino público, distribuídos em vários municípios do Estado do Paraná.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto à iniciativa no art. 65, e a competência no art. 87, ambos da Constituição Estadual, e, ainda nos arts. 134 e 135 do mesmo Diploma Legal, que estabelece o envio de projetos dessa natureza, para serem apreciados pela Assembleia Legislativa. E, ainda, obedece ao art. 24, inciso II da Constituição Federal.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

De igual modo, o autor da proposta esclarece que servirá como recurso para cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamentos de dotações do próprio órgão.

Insta observar que, a proposta em questão não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Observe-se ainda, que o Projeto de Lei nº 402/2014, está em consonância com a Lei Federal nº 4.320/1964, em seus artigos 40, 41, inciso I, 43 e 46.

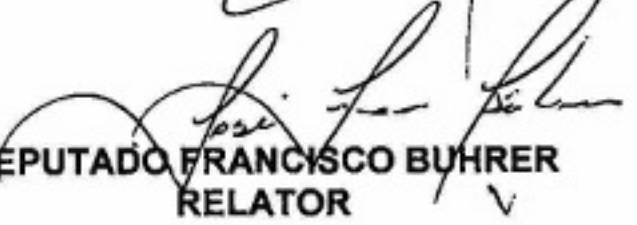
**CONCLUSÃO**

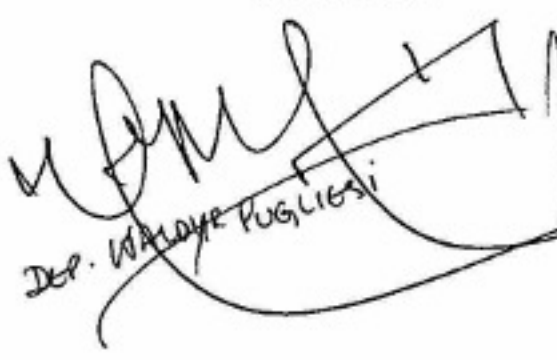
Isto posto, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/10/14

  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FRANCISCO BUHRER**  
**RELATOR**

  
**DEP. WLADIMIR PUGLIESI**

  
**DEP. GUIO VENÂNCIO**



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 402/14  
Autoria: - Poder Executivo

**I — RELATÓRIO**

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 082/2014, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *"aprovar a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 17.886, de 20 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 12.167.647,00 (doze milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais)"*, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, visando atender despesas com construção de unidades novas, reparos e melhorias em diversos estabelecimentos de ensino público, distribuídos em vários municípios do Estado do Paraná.

**II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER**

A Lei Estadual n.º 17.886, de 20 de dezembro de 2013, estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2013, dispondo sobre ajuste no Orçamento do Estado.

Os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

*"Art. 135 São vedados:*



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



*V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.”*

Assim como o Art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos III, IV e VII.

**III — CONCLUSÃO**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

Sala de Reunião das Comissões, 13 em de 2014.

  
DEP. NEREU MOURA  
PRESIDENTE

DEP.   
RELATOR



